

RUTHE CORRÊA LEITE CARDOSO

Centro Brasileiro de Análise
e Planeamento de São Paulo

A Sociedade em Movimento: novos atores dialogam com o Estado

129

O objectivo deste trabalho é discutir a ampliação da participação política promovida pelos movimentos sociais contemporâneos. A perspectiva adoptada privilegia a descrição da organização interna destes grupos, que a autora chama de grupos de solidariedade, e também a sua actuação no cenário público. A análise mostra que estão a ser construídas relações directas entre

categorias sociais específicas e sectores da administração pública. Houve uma ampliação do espaço para a participação que, entretanto, não elimina o espaço já ocupado pelos partidos, sindicatos ou outros grupos de pressão. Existem, entre estes actores políticos, competição e ajustamento às novas formas de atendimento às reivindicações da sociedade.

NA literatura atual, quando aparecem referências aos novos sujeitos ou atores sociais, já sabemos que estamos diante da problemática levantada pelos estudos sobre movimentos sociais. Eles começaram a mobilizar a atenção, por toda parte, depois dos movimentados anos 60.

Falando em sujeitos ou em atores novos, estamos sempre designando uma prática política que se apresenta como inovadora e que implica na ampliação do jogo político, pela presença de novos interlocutores. Também sabemos que cada uma dessas designações indica a filiação a correntes teóricas diferentes: falar em sujeitos lembra as divergências dentro do marxismo sobre a consciência e a ação política transformadora, e a designação ator social remete de imediato às análises funcionalistas.

Essas filiações teóricas não têm sido aprofundadas, e nem é este meu interesse no momento. Pretendo apenas assinalar que é difícil enfrentar essas questões metodológicas, uma vez que, nesses estudos, não se encontra uma descrição detalhada dos cenários sócio-políticos em que atuam os chamados sujeitos ou atores. Isto é com-

preensível, uma vez que as pesquisas sobre essas novas práticas participativas foram feitas dentro da tradição de duas disciplinas: a ciência política, por um lado, analisando as formas de participação e seu impacto institucional; e a sociologia e a antropologia, por outro lado, preocupadas com a constituição de novos colectivos e enveredando pela problemática das novas identidades. Faltam análises que conjuguem essas preocupações, deixando de lado a suposição (em parte ideológica) de que estamos diante de uma nova energia política que moverá o mecanismo da luta de classes. Até para qualificar melhor essa hipótese, seria preciso descrever as regras que organizam o jogo político.

Acho que chegou o momento de superarmos um certo intimismo antropológico daqueles que querem ver a luta política apenas através do olhar dos participantes e também as análises de contextos institucionais que não se detêm nas características dos novos grupos.

Entretanto, essa tarefa não é fácil porque existe uma grande diversidade entre estes atores colectivos. Fazem parte deste campo desde movimentos amplos como o feminismo ou o antiracismo, até os grupos reivindicativos populares que lutam por melhores condições de vida urbana. Todos eles contestam os critérios políticos aceites para definir os interlocutores do Estado, ao mesmo tempo em que privilegiam a solidariedade interna como uma dimensão em si mesma legitimadora de seus propósitos. Pretendem abrir espaço para uma nova forma de fazer política, que é apresentada como a única via para representar efetivamente os interesses daqueles que são dominados. Entretanto, estes grupos convivem com formas convencionais de relações clientelísticas ou com mobilizações eleitoreiras e com elas competem dentro do mesmo espaço. Por isso mesmo, devem desenvolver uma forte identidade que contraste com outras formas de associação.

Para enfatizar a especificidade dos movimentos sociais contemporâneos, prefiro chamá-los de grupos de solidariedade ou comunidades organizadas, para chamar a atenção para os seguintes aspectos de sua organização interna:

1. são coletividades igualitárias, onde prevalece uma ativa negação da hierarquia entre líderes e liderados. Consequentemente, não atuam através de representantes,

e toda negociação política deve envolver a consulta aos membros disponíveis do grupo;

2. as decisões sobre as formas da ação coletiva resultam de discussões cujo objetivo é produzir consenso;

3. são grupos que se definem como políticos mas que, em suas ações, são necessariamente apartidários;

4. representam segmentos sociais que tomaram consciência da discriminação invisível de que sempre foram vítimas.

131

Com frequência a exclusão social pode ser identificada a alguma forma de segregação espacial. Os grupos engajados nas lutas urbanas estão sempre ligados a um território (bairro ou região da cidade) a partir do qual elaboram sua identidade comunitária. Isto os distingue dos movimentos não locais, isto é, aqueles que reúnem categorias discriminadas, mas com diferentes graus de dispersão (mulheres, negros, homossexuais, diferentes etnias, etc.). Estes últimos procuram desfazer os limites simbólicos que os prendem a diferentes guetos e organizam-se a partir das semelhanças de suas experiências de vida. Mas, os dois tipos de movimento estabelecem recortes simbólicos que redefinem o campo das interações sociais, porque expõem os mecanismos, até então invisíveis, do controle social. O machismo, o racismo ou a desigualdade na distribuição de recursos públicos são os inimigos. E neste esforço de delimitação, cria-se um sentido de pertencimento que reforça a idéia de uma comunidade de interesses. Este tipo de associacionismo teve início com as explosões da contracultura e o questionamento das instituições e do modo de vida dominante. A partir de então a atividade política aparece associada a novos temas e a novas formas de manifestação da vontade civil que se contrapõem ao controle exercido pelo Estado ou pela família, pela escola ou por outras instituições.

A generalidade dessas manifestações faz pensar em condições comuns que tenham criado espaço para essas novidades políticas. E, de fato, ocorreram mudanças importantes no gerenciamento dos serviços públicos. As burocracias estatais cresceram abrigando os antigos profissionais liberais agora sujeitos ao assalariamento. Estes profissionais, ex-manifestantes estudantis, trouxeram para dentro dos serviços públicos expectativas de

participação popular que ajudaram a abrir espaços para as reivindicações dos grupos solidários. Estabeleceu-se um diálogo, através do qual as clientelas foram sendo reconhecidas como interlocutores das agências públicas.

Este processo é, em parte, resultado da ampliação da participação do Estado nas áreas de educação, saúde, habitação e nas atividades culturais. Vem acompanhado de uma necessária descentralização, que acentua a relação dos usuários dos serviços com o território que ocupam. Portanto, ocorreram mudanças tanto na forma de administrar os conflitos sociais, quanto nas formas de manifestação da vontade civil; o que me leva a pensar que estão sendo criados novos modos de apresentar e legitimar interesses setorializados. As relações da sociedade com o Estado mudaram: abriram-se canais para a comunicação direta com partes do aparelho de Estado, ampliando e modificando o espaço reconhecido para a participação.

Se isto é verdade, podemos abandonar as interpretações que têm insistido em ver cooptação sempre que os grupos populares negociam com os governos. Estas avaliações, que consideram apenas as mudanças na cultura política popular como responsáveis pela emergência de grupos autônomos, livres das relações clientelísticas tradicionais, são insuficientes. Valorizam a espontaneidade do processo de reelaboração cultural e, por isso, rotulam como perda de autonomia qualquer passagem da contestação para a negociação, sem levar em conta as condições e o objetivo do diálogo com a esfera pública. Não há dúvida de que, a partir dos anos 70, as classes populares mostraram uma certa capacidade de participação autônoma, indicadora de mudanças em suas concepções sobre a política. Foram auxiliadas, neste caminho para a "conscientização", por indivíduos ou grupos profissionais que estiveram devotados à mobilização popular. Estes personagens são, hoje, figuras familiares para quem convive com os grupos reivindicantes. Movidos por uma ética profissional que assume compromissos políticos, propiciaram as condições materiais necessárias para a formação de associações de novo tipo, assim como as informações técnicas e políticas que orientam as ações reivindicativas. Esses assessores realizam essas tarefas com o apoio das ONGs, muitas vezes fazem parte das burocracias públicas ou contam com a orientação da Igreja renovada.

Considerando o conjunto dessas inovações que penetraram o campo da política, podemos ter uma visão mais compreensiva do alcance e dos limites das ações diretas empreendidas pelas comunidades solidárias. Esses contatos imediatos com setores do governo responsáveis pelas políticas sociais permitem o exercício de uma nova forma de participação que, entretanto, se mantém paralela às outras formas já instituídas, tais como as partidário-eleitorais, sindicais, grupos de pressão, etc.

Os grupos civis que pressionam as agências públicas não pretendem e não podem substituir os partidos políticos. Têm com eles relações difíceis e instáveis, porque os cortes partidários ameaçam o consenso que é sua principal arma na luta pela redistribuição dos recursos públicos. Os partidos, representando posições políticas globais, procuram enlaçar estes grupos e filiá-los a linhas de ação gerais. Estes, por sua vez, se aproximam só de alguns partidos, buscando estender seu campo de aliança e aumentar seus recursos para influenciar políticas. Neste processo, os dois lados perdem eficácia, uma vez que os interesses setoriais são, frequentemente, conflitantes com objetivos políticos de longo prazo. São formas distintas de participação política que atendem a finalidades diferentes. Fazem parte de um mesmo sistema, que se tornou mais complexo porque teve que incorporar os múltiplos interesses de uma sociedade dividida em categorias sociais não agregáveis. Cada uma delas se apresenta, no espaço público, como um personagem ético e completo, que exige o reconhecimento da "sua" verdade, que deve ser evidente e indiscutível, uma vez que traduz o desejo de uma coletividade/comunidade.

Do ponto de vista das instituições públicas, a situação também não é clara. As ligações com os partidos ou com os políticos profissionais que procuram servir de mediadores quebram a continuidade da relação direta com as agências governamentais, reintroduzindo a competição partidária.

Nessa interação vai sendo construída a identidade do grupo de solidariedade que força o reconhecimento por parte do poder instituído. Vários grupos competem por este reconhecimento, transformando as agências do governo em árbitros da legitimidade de suas demandas. O cenário da política se alterou com a introdução desta relação direta com o poder executivo, mas as regras gerais do jogo

permanecem as mesmas e os velhos atores (partidos, sindicatos, burocracias) têm que se adaptar para continuarem desempenhando seus papéis.

Diante desse fracionamento de reivindicações que se dirigem a distintos setores do governo, como pensar em sujeitos unificados, representantes de dominantes ou de dominados? Ou seriam atores isolados, porém capazes de ações conjuntas?

Parece difícil sustentar essas expectativas que supõem ação política integrada quando a sociedade está respondendo, no plano político, a um processo de diferenciação social que vem sendo reforçado pelas transformações do capitalismo contemporâneo. Parece que não comprometemos a descrição da realidade quando chamamos estes novos grupos de atores políticos. Já, considerá-los como novos sujeitos, com um papel a desempenhar na transformação do quadro político, parece exagerado e precipitado. Precisamos continuar explorando as relações entre o processo de reorganização da sociedade e as manifestações políticas.

Contando com uma soma importante de investigações sobre os movimentos sociais, estamos em condições de começar a procurar interpretações mais amplas que desenhem o quadro geral da política e o lugar das várias formas de manifestação da vontade civil. ■